



Assembleia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de

Justiça
para os devidos fins.

Em 10/06/2024

Conceição de Maria Lages Rodrigues
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado Henrique
Pires

para relatar.

Em 27/06/24

[Assinatura]
Presidente da Comissão de Constituição
e Justiça



ALEPI

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO PIAUÍ

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA - CCJ

**GABINETE DO DEP. ESTADUAL ANTÔNIO HENRIQUE DE CARVALHO PIRES
(MDB/PI)**

PARECER Nº

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 64/2024. AUTORIA DA EXCELENTÍSSIMA
DEPUTADA GRACINHA MÃO SANTA

*Dispõe sobre atribuição de Título de Cidadã Piauiense a Senhora
DANIELLA DINALI SILVA AGUIAR.*

O presente PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO de autoria da Senhora Deputada Gracinha Mão Santa, tem como objetivo conceder o título de cidadã piauiense a Senhora **DANIELLA DINALI SILVA AGUIAR.**

Para tanto, apresenta as seguintes justificativas: **DANIELLA DINALI SILVA AGUIAR**, brasileira, 47 anos, filha de Gleno Napoleão Silva de Aguiar e de Melânia Dinali Silva Aguiar, natural de Lavras/MG, **Delegada de Polícia Civil do Estado do Piauí, desde 2012.** Bacharela em Direito pela Universidade Católica de Goiás. Aprovada no concurso público para Delegado de Polícia do Piauí no ano de 2010, iniciando, assim, uma vida dedicada à Segurança Pública de nosso Estado. Em 2012 ao assumir o cargo de Delegado foi lotada na cidade de Corrente, no sul do Estado, permanecendo naquela delegacia até o ano de 2014. No ano de 2014, por necessidade do serviço e pela falta de titular da delegacia, foi transferida para a cidade de Cocal, permanecendo naquela cidade até o ano de 2021. Em 2021, foi transferida à cidade de Parnaíba, onde, como Delegada Titular da Delegacia da Mulher teve ampla atuação no combate à toda e qualquer violência contra a mulher, dentre outros. Em 2023, foi convidada a compor a equipe do 4º DP de Teresina permanecendo até o início de 2024. Em 2024, foi nomeada Delegada Titular da Delegacia do Menor Infrator de Teresina, permanecendo até a presente data nesta função. Frise-se que, em sua trajetória profissional sempre buscou conhecimentos específicos para aperfeiçoar o seu desempenho em sua atividade fim, tendo feito vários cursos de aperfeiçoamento em investigação criminal no Ministério da Justiça, bem como na ACADEPOL/PI. Atente-se que a homenageada é piauiense de coração, tendo fincado raízes em nosso Estado desde quando assumiu as funções de Delegado de Polícia no ano de 2012 e, com essa homenagem, receberá deste



ALEPI

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO PIAUÍ

Parlamento o título honorífico de cidadão piauiense. Pelo trabalho que a homenageada promove elevando o nome do Piauí e pelo reconhecimento de sua atuação profissional na luta incessante de defesa da segurança da vida e do patrimônio dos piauienses.

Eis o relatório.

II. VOTO DO RELATOR

Sendo assim, passo a emitir parecer em consonância com o artigo 80 do Regimento Interno¹ desta Casa.

Conforme previsão regimental, mais especificamente disposta no artigo 123, I, "a", do RIALEPI², o parecer apreciador da matéria deve obedecer a exigências intrínsecas e indispensáveis à edição de norma, dentre as quais a verificação da constitucionalidade, vício de iniciativa, competência, dentre outras.

A concessão de título de cidadão piauiense é o reconhecimento de todo o povo deste Estado ao trabalho e dedicação desta ilustre pessoa que contribuiu de forma aguerrida não só na área de atuação, mas na convivência no dia a dia junto aos piauienses.

O objetivo da propositura é conceder o título de cidadão honorário piauiense a Senhora **DANIELLA DINALI SILVA AGUIAR**.

Inicialmente, importa registrar que o projeto não apresenta vícios de iniciativa, nos termos do Regimento Interno da ALEPI:

Art. 141.

As proposições se constituem em:

II- De iniciativa exclusiva parlamentar:

¹Art. 80. Em regra, antes da deliberação do Plenário, as proposições dependem da emissão, discussão e aprovação de parecer das Comissões Técnicas pertinentes, ressalvadas as espécies indicadas nos incisos do art. 108.

²Art. 123. As Comissões Permanentes desta Assembleia e suas respectivas competências e atribuições são as seguintes: I - Comissão de Constituição e Justiça: a) aspecto constitucional, legal, jurídico, regimental e de técnica legislativa de projetos, emendas ou substitutivos sujeitos à apreciação da Assembleia ou de suas Comissões, para efeito de admissibilidade e tramitação;



ALEPI

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO PIAUÍ

(...)

b) projetos de decreto legislativo;

Ademais, a propositura se encontra em conformidade com o dispositivo no art. 27, inciso V, "g" do Regimento da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí:

Art. 27. São atribuições do Plenário as constantes dos arts. 61 e 62, da Constituição Estadual, ou as decorrentes de sua natureza, dentre outras:

(...)

V - Expedir decretos legislativos quanto a assuntos de sua competência privativa, notadamente nos casos de:

(...)

g) atribuição de título de cidadão honorário a pessoa que reconhecida e comprovadamente tenha prestado relevantes serviços à comunidade piauiense, por meio de voto secreto, aprovado em única votação por maioria absoluta dos deputados presentes em Plenário;

Por derradeiro, verifico que este Projeto de Lei não encontra óbice quanto às matérias constantes do art. 142 do Regimento Interno.³

Vale ressaltar, ainda, que a análise realizada pela Comissão de Constituição e Justiça não se alonga por critérios de conveniência, mérito ou mesmo oportunidade nas proposições a ela submetidas, mas tão somente à eventual existência de óbices de natureza inconstitucional, antijurídica, vícios de iniciativa e até mesmo de técnica na edição de normas, ficando a cargo das comissões especiais a verificação daqueles critérios.

³Art. 142. Não devem ser recebidas as proposições que: I - contenham assunto alheio à competência da Assembleia; II - deleguem a outro Poder atribuição privativa do Legislativo; III - forem flagrantemente antirregimentais; IV - estejam mal redigidas; V - contenham expressões ofensivas; ou VI - forem manifestamente inconstitucionais.



ALEPI

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO PIAUÍ

Por todo o exposto, observando a grande importância da proposição, sua boa técnica legislativa, constitucionalidade, manifesto-me favoravelmente à aprovação do referido projeto.

III. PARECER DA COMISSÃO

Em discussão, em votação:

☒ (x) Aprovação.

☐ () Rejeição.

ANTÔNIO HENRIQUE DE CARVALHO PIRES

DEPUTADO ESTADUAL (MDB/PI).

Sala de Reunião das Comissões Técnicas da Assembleia Legislativa em Teresina/PI, ____ de ____
de 2024.

APROVADO À UNANIMIDADE EM, 25 de 09 de 2024
PRESIDENTE DA COMISSÃO